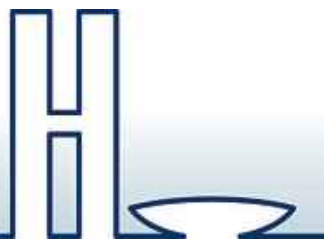




BRASÍLIA-DF

por Denise Rothenburg » deniserothenburg.df@dabr.com.br



Ficamos assim

Jair Bolsonaro prometeu a Arthur Lira que, se o plenário da Câmara derrotar o voto impresso na semana que vem, o capitão vai parar com essa briga. Só tem um probleminha: a turma do presidente nas famigeradas redes sociais não tem esse compromisso.

Nada pessoal, é política

As investidas do senador Renan Calheiros (MDB-AL) contra Jair Bolsonaro vão aumentar quanto mais prestigiado estiver Arthur Lira dentro do governo. Lira é adversário ferrenho dos Calheiros em Alagoas.

Santo de casa...

... diz o dito popular, não faz milagre. Não está fácil para o ministro da Casa Civil, Ciro Nogueira, melhorar o clima para o governo dentro do Senado. Com o presidente Rodrigo Pacheco no papel de pré-candidato à Presidência da República, o governo não conseguirá impor suas vontades.

Estradas, a prioridade

Sob o comando do ministro da Infraestrutura, Tarcísio de Freitas, o orçamento da área para 2022 vai priorizar as rodovias federais. A justificativa é de que as ferrovias em curso não precisam de tantos recursos da União, porque são objetos de parcerias público-privadas. Só o projetado para recuperação funcional de rodovias está em R\$ 5 bilhões, incluindo os valores já aplicados este ano. Obviamente, será difícil emplacar tanto dinheiro num ano só.

O imponderável está nas Forças Armadas

A classe política está convencida de que Jair Bolsonaro está subindo vários tons nas críticas contra ministros do Supremo Tribunal Federal porque tem "costas quentes" nas Forças Armadas, com o ministro da Defesa, Walter Braga Netto.

Braga Netto tem aparecido em postagens com tropas reunidas, algo que, segundo os políticos, não era visto como parte da rotina dos antecessores. Pelo menos, os parlamentares mais atentos não notavam tantas postagens desse tipo nas redes sociais. Em seus discursos, Bolsonaro, invariavelmente, menciona o ministro, quando fala que a "liberdade é o bem maior". É para avisar que tem o aval do general. Por mais que os militares digam e repitam que não há risco à democracia, as desconfiças na classe política são cada vez maiores.



CURTIDAS

Marcelo Ferreira/CB/D.A Press - 28/10/20



No atacado/ A ministra da Secretaria de Governo, Flávia Arruda, trocou as reuniões individuais com deputados e senadores por encontros com bancadas estaduais e respectivos governadores. A estreia desses encontros foi com a bancada do Espírito Santo. Flávia Arruda reuniu oposição e aliados do governo, tudo junto e misturado, com o governador Renato Casagrande (PSB).

No varejo/ O novo formato, porém, não significa o fim das conversas individuais. Agora, ao final dos encontros coletivos, os deputados que têm assuntos a tratar pedem um "pé do ouvido". Geralmente, quem passa para dar um olá e acaba conversando com alguns é o ministro da Casa Civil, Ciro Nogueira.

Por falar em Flávia Arruda... / A principal aposta da ministra hoje, para 2022, é uma candidatura ao Senado. E no time do governador Ibaneis Rocha (MDB).

O interlocutor/ A advogado Admar Gonzaga é considerado um dos nomes capazes de fazer a ponte entre o presidente Jair Bolsonaro e o Supremo Tribunal Federal. Ele, aliás, participou da motociata de Bolsonaro em Florianópolis.

Ser pai é para toda a vida. Feliz Dia dos Pais!

TENSÃO / Para os senadores que lideram a Comissão, o governo federal extrapola a normalidade do jogo político e incorre em crime ao cercear o livre exercício das atribuições de investigação do Congresso Nacional

CPI reclama de interferências

» BRUNA LIMA

A crise entre Poderes, acenada na última semana pelos reiterados ataques do presidente da República a ministros do Supremo Tribunal Federal (STF), não se restringe ao embate entre Executivo e Judiciário. No Congresso, as alegadas interferências de Jair Bolsonaro na Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da covid-19 também aumentam as tensões em torno do Legislativo. Para os senadores que lideram os trabalhos, o movimento para proteger o governo federal sai da normalidade do jogo político e configura crime ao cercear o livre exercício das atribuições de uma CPI.

O mais recente ato que evidencia interferência e intimidação, na avaliação de membros do G7—grupo majoritário formado por opositores e independentes do governo—, é a abertura de um inquérito pela Polícia Federal (PF) para investigar vazamentos de informações sigilosas pela CPI à imprensa. "Constitui crime impedir ou tentar impedir o regular funcionamento de Comissão Parlamentar de Inquérito, ou o livre exercício das atribuições", alegou o vice-presidente da CPI, Randolfe Rodrigues (Rede-AP), reiterando a prerrogativa constitucional do Congresso de fiscalizar o Executivo. Motivo pelo qual, a CPI encaminhou à Advocacia do Senado pedido para ingressar com habeas corpus no Supremo Tribunal Federal (STF), com o objetivo de trancar o inquérito "ilegal e ilegítimo", nas palavras do parlamentar.

Mas a reação do Legislativo foi forte, inclusive com apresentação de queixa-crime contra o Ministro da Justiça, Anderson Torres, e o diretor-geral da PF, Paulo Gustavo Maiurino. "A cada intimidação haverá uma reação. O que pode

Jefferson Rudy/Agência Senado



O tenente-coronel da reserva Marcelo Blanco é um dos militares investigados por supostas fraudes na compra de vacinas contra a covid-19

ser feito é utilizar o que está sobre a égide de um estado democrático de direito para assegurarmos o livre funcionamento dos trabalhos", disse Randolfe ao Correio. O inquérito foi interpretado como o uso de uma instituição de estado para fins políticos, o que, para o relator Renan Calheiros (MDB-AL), não é a primeira vez que a distorção de função acontece no âmbito da CPI. Segundo o senador, houve a tentativa de um "indiciamento ilegal" contra ele. O parlamentar refere-se à acusação de recebimento de R\$1 milhão em propina, supostamente pagos pela empreiteira Odebrecht à Calheiros, em inquérito aberto em 2017 e, recentemente, remetido ao STF.

"A Polícia Federal não tem competência para indiciar senador, apenas o STF. Essa investigação está aberta desde março de 2017 e, como não en-

contraram prova alguma, pediram prorrogação. Justamente agora, quando a CPI mostra todas as digitais do governo na corrupção da vacina, a parte politizada da Gestapo (a polícia política do regime nazista de Adolf Hitler) tenta essa retaliação", avaliou Calheiros. Diante da nova polêmica envolvendo a PF, o relator opinou: "Todos que tentam aparelhar à PF, dearam com os burros n'água. Não adestrarão a instituição."

A base do governo, por outro lado, elogiou a abertura do inquérito pela Polícia Federal. O senador Marcos Rogério (DEM-RO) sustentou que a CPI vazou documentos sigilosos à internet. "Isso é um episódio de vazamento seletivo de informações?", questionou retoricamente, afirmando, ainda, que a CPI está sendo "pautada por perfis falsos da internet." A acusação foi

feita após Calheiros afirmar que um internauta lembrou aos membros que a comissão dispunha de informações que refutavam depoimento do tenente-coronel da reserva Marcelo Blanco da Costa, ex-diretor substituído do Departamento de Logística do Ministério da Saúde. "Como assim, o internauta sabe mais que a CPI?", afirmou Eduardo Girão (Podemos-CE). Calheiros alegou que não houve vazamento, apenas uma observação, lembrada pelo internauta.

Uso das Forças Armadas

Outro indicativo da tentativa de intimidação consiste o uso das Forças Armadas na defesa dos interesses do governo Bolsonaro. Esta semana, o senador Rogério Carvalho (PT-SE) acusou o ministro da Defesa de espionagem. "Eu quero dizer ao senhor Braga Netto,

que foi o emissário do oficial do Exército para fazer espionagem contra um parlamentar, um senador da República, que eu não tenho medo. Que eu não abrirei mão das minhas convicções." Diante da denúncia, a CPI enviou ofício ao presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM/MG), solicitando que o representante da Casa interogue o militar e tome as providências cabíveis. Por telefone, Braga Netto rechaçou as denúncias.

Não é a primeira vez que Pacheco e o ministro da Defesa reúnem-se para apaziguar os ânimos entre parlamentares e militares. A primeira tratativa deu-se após nota em nome das Forças Armadas—assinada por Braga e os comandantes do Exército, Aeronáutica e Marinha, à época recém-designados por Bolsonaro—, repudiando declarações do presidente da CPI, Omar Aziz (PSD-AM), que afir-

mou haver "membros do lado pobre das Forças Armadas envolvidos com falcatrua dentro do governo." Conforme a nota, as Forças "não aceitarão qualquer ataque leviano às instituições que defendem a democracia e a liberdade do povo brasileiro."

Aziz também indicou ter sido alvo de espionagem. "Está acontecendo com todos nós", declarou. Apesar das polêmicas envolvendo o líder da Defesa, ainda não há consenso para convocá-lo e, por isso, o requerimento foi retirado, por hora, de pauta. A ideia é retomar a pauta acerca da convocação caso surjam mais indícios contra Braga.

"Vamos ter que ouvi-lo, não apenas pelo cargo que ele hoje ocupa e utiliza para pressionar as instituições, mas porque era ministro Chefe da Casa Civil, no momento do enfrentamento à pandemia, e coordenador do enfrentamento à crise", justificou Calheiros. A suspeita é de que Braga Netto tenha liderado o investimento do gabinete paralelo e atuado em tratativas envolvendo a compra de vacinas contra a covid-19.

O conjunto de fatores envolvendo instituições de estado foi interpretado pelo senador Humberto Costa (PT/PE) como uma "escalada que o PR está fazendo no sentido de afrontar os outros poderes da República, atacando a independência e autonomia". O petista mencionou que a conduta tem sido utilizada permanentemente contra o STF e, mais recentemente, em desfavor ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE), bem como aos respectivos ministros. "Por fim, agora ao Congresso. A CPI é instrumento de efetivação de uma das principais atribuições e prerrogativas da Casa, que é a fiscalização do Executivo", ressaltou, reiterando que os parlamentares "não vão se intimidar".